

A Noção de *Conatus* no *Breve Tratado*

ALEX LEITE *

É através de uma noção que envolve o infinito¹ que a ideia de *conatus* aparece no *Breve Tratado*². Do que é infinito, Deus ou Natureza, deduz-se a impossibilidade de existir no mesmo ser “partes diversas limitadas” (KV I, I 9, p. 52), que possam corromper a sua própria natureza. “Nenhuma coisa quer sua própria corrupção. Toda corrupção provém de fora”, afirma Spinoza (KV I, I 9, nota 52, p. 52). Mas essa afirmação não se aplica à Natureza na sua totalidade; pois, a totalidade do real é inseparável da atividade que a produz; sendo assim, a incorruptibilidade do seu ser é evidente uma vez que não existe algo que possa negar a sua própria integridade.

Assim, podemos afirmar duas ideias. A primeira é que, a Natureza é produção absoluta de si mesma, e por isso não envolve nenhum elemento contrário ao processo produtivo que ela mesma engendra continuamente. Logo, o todo não pode se degenerar por impulso interno. E a segunda é o fato de que, embora as coisas resguardem a mesma incorruptibilidade interna, que é própria da Natureza, elas ao entrarem em relações incompatíveis são corrompidas.

Sabemos que dizer incorruptibilidade quer dizer que uma coisa jamais se degenera por disposição interna. O que reforça a ideia de que

a natureza de uma coisa é definida pela sua positividade própria uma vez que, primeiro: não pode se autoaniquilar; segundo: não pode mudar de natureza; e terceiro: não se submete a algo fora de si mesma (KV I, 9, p. 53).

Com relação aos dois primeiros argumentos os aplicamos às coisas de forma mediata³, porque, como já afirmamos, todas as coisas resguardam um vínculo com uma causa infinita; causa pela qual a coisa passa a existir e a se manter na existência (E I, P 24, C). Mas, com relação ao terceiro argumento, não podemos afirmar o mesmo; pois, na condição de coisa tudo depende de relações exteriores determinantes para existir. Claro, essa dependência não invalida os dois primeiros argumentos, pois, por exemplo, a nossa integridade, ou seja, a nossa disposição interna para continuar existindo, só pode ser ameaçada e destruída a partir da relação com algum corpo exterior, relação que nos supera em termos de potência. Como afirma Spinoza: “Porém se outros corpos atuam sobre o nosso tão violentamente que a proporção de movimento de 1 a 3 não pode permanecer, isto é a morte e o aniquilamento da mente enquanto é somente uma ideia, conhecimento, etc. deste corpo assim proporcionado em movimento e repouso” (KV II, Praef. XIV, nota 69, p. 90).

* Professor adjunto da UNEB, Salvador-BA.

¹ O tema sobre o infinito é apresentado por Spinoza na famosa *Carta 12*.

² Utilizaremos aqui as seguintes edições do *Breve Tratado*: 1) Espinosa, *Breve tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar*; tradução e notas Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Luís César Guimarães Oliva, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 2) Spinoza, *Court traité*, texte établi par Filippo Mignini, traduction par Joël Ganault, Paris: PUF, 2009. 3) Spinoza, *Court traité*, notice par Madeleine Francès, Paris: Éditions Gallimard, 1954. Para as citações utilizaremos a edição da Autêntica Editora.

³ De forma mediata significa que o entendimento das ideias das coisas é mediado pela ideia de *conatus*. Ideia esta que é tanto abstraída de uma causa infinita quanto das coisas singulares. Porque uma ideia é compreendida por ela mesma e/ou através de outras. Por exemplo: a ideia de infinito pode ser compreendida pela ideia de Deus, e está última, por ela mesma, imediatamente – isso quando percebemos que a Natureza é uma produção imanente de seres. Seres que derivam das modificações dos atributos divinos. Por isso, percebemos, sem mediação, que o conceito de Deus envolve a ideia de produção contínua de si mesmo e em si mesmo.

Ora, sendo assim, a validade do terceiro argumento se dá porque a noção de dependência não pode deixar de ser aplicada aos seres existentes. No entanto, não é simplesmente pelo fato das coisas dependerem umas das outras que se evidencia um estado de sujeição contrário ao que quer a disposição interna de cada coisa considerada individualmente. Está submetido a algo fora de si faz parte da condição modal. Mas é próprio dessa condição não ser a causa da própria submissão; nem ainda de transformar sua natureza em algo que não esteja já nela mesma. Portanto, não é a simples condição de dependência que acrescenta aos seres um estado voluntário de sujeição. Como também não é o que acrescenta uma inclinação para a morte. É a forma da relação de dependência que determinará a integridade ou debilidade dos seres. A forma da relação pode, sem dúvida, causar uma sujeição forçada (não sem resistência) e a destruição de nosso ser⁴.

Ora, se a Natureza pensada na sua totalidade não envolve algo contrário a si mesma; as coisas quando submetidas às relações incompatíveis sofrem certas debilidades. Por isso, enquanto das modificações naturais da extensão somente derivam coisas vistas como positivities imanentes, das relações de dependências, dos modos finitos, percebemos as variações para mais ou para menos das potências finitas. Claro, podemos perceber que estas variações resultam dos choques e dos encontros entre potências.

E entender as variações por meio das modificações regulares naturais, permite-nos perceber o padecer de uma coisa (ou mesmo o nosso próprio padecer) a partir de uma perspectiva em que a força do entendimento supera as interpretações imaginativas, que a condição de padecimento imprime em nossa imaginação?

A teoria do *conatus* coloca-nos imediatamente em duas perspectivas diferentes. A primeira perspectiva é a da Natureza como produção

contínua de si mesma, e a segunda, das relações particulares entre as coisas. Da primeira, entendemos que a tendência de se conservar é idêntica ao estado atual da própria conservação, que se dá como produção incessante de coisas. Portanto, se dá como esforço, como tendência e como ação. Sendo essas três atividades simultâneas e idênticas uma vez que a integridade do *esforço* divino é absoluta e indivisível. E, para nós, a evidência do perseverar é a produção das condições exteriores pelas quais passamos a existir.

Na segunda perspectiva, a das relações modais, a tendência de conservação é tanto condição de manutenção das coisas individuais quanto do próprio aumento de potência. Pois, quando Spinoza afirma que “cada coisa tem em si mesma um *conatus* para se conservar em seu próprio estado e para melhorá-lo” (KV I, V 1, p. 75); a ideia de *conatus* aparece como o que mantém uma coisa em seu próprio ser, ao mesmo tempo que é o princípio pelo qual cada coisa aumenta sua própria potência de existir. O termo *melhorar* somente pode ter sentido em Spinoza como uma passagem para uma perfeição maior; como ele bem empregará na *Ética* ao definir a alegria como “a passagem de uma perfeição menor para uma maior” (E III, AD 2).

A tendência de conservação e o próprio trabalho interno de fortalecimento são as inclinações essenciais dos seres. Ora, sendo os seres partes da Natureza, eles são produzidos e mantidos de acordo com certos dispositivos que lhes são próprios. Esses dispositivos podem ser chamados de: *as providências da Natureza*.

A Natureza é a provisão exterior pelo qual os seres se conservam. E a relação entre os seres e a Natureza implica uma capacidade própria de autopreservação por parte dos seres. Essa capacidade particular refere-se ao todo individual de cada ser (KV I, V 2, p. 75).

Podemos afirmar a existência de uma relação dinâmica entre os seres e a Natureza? A resposta positiva a essa questão depende do sentido que a palavra *dinâmica* pode ganhar ao se pensar a relação entre os recursos provenientes da Natureza e o esforço próprio de cada ser ao se autoconstituir como um todo singular. Pois bem, a relação é dinâmica porque cada parte de um todo singular é um esforço próprio

⁴ Spinoza no *TIE* narra uma forma de relação com os bens humanos capaz de capturar o desejo de modo a submetê-lo a alguns fins imaginativos, que enfraquecem a nossa existência. É quando a imaginação ao invés de alimentar a dinâmica de uma alegria maior, torna-se refém de objetivos que debilitam a integridade do nosso ser. Cf. *TIE* 3.

relacionado às outras partes; sendo as partes elementos integradas ao todo produtivo da Natureza.

Concebemos, assim, a ideia de uma parte que é um esforço singular em relação ao conjunto total de onde ela provém. O exemplo de Spinoza ilustra essa ideia: “todos os membros do homem foram previstos e providos enquanto são partes do homem, o que é a *providência universal*; e a *particular* é o *conatus* que tem cada membro particular (como um todo, e não como uma parte do homem) para conservar e manter seu próprio bem-estar” (KV I, V 2, p. 75).

Portanto, o que primeiramente é visto como comum aos seres é o *esforço* integrado de seus membros particulares. Esse esforço é a afirmação da integridade dos seres em uma dada circunstância. Na verdade, a relação entre o todo da Natureza e o todo particular de cada ser é a afirmação tanto de um dinamismo interno particular, quanto da Natureza em seu dinamismo produtivo contínuo. Assim, para os seres particulares, o dinamismo da Natureza é o meio pelo qual eles existem e se mantêm. Como bem afirma Gilbert Boss no seu estudo sobre o *Breve Tratado*: “é o conjunto das circunstâncias e das causas que permitem a cada coisa existir e continuar a existir”⁵. Já Georges Canguilhem definirá esse *conjunto* através da história da noção de *meio*⁶.

De fato é num conjunto de relações que cada ser encontra as condições de manutenção da própria integridade; como também encontra o que causa a descontinuidade da sua existência. Entretanto, o dinamismo interno de cada ser é, simultaneamente, trabalho afinado às condições externas favoráveis à própria manutenção e superação das condições adversas. Sendo que a manutenção e superação são realizadas através das modificações necessárias do meio em que vivemos. Claro, uma coisa não é causa da própria existência e nem de sua continuidade; porém, uma vez que ela passa a existir, o que é próprio nela é o empenho constitutivo de condições

favoráveis à sua continuidade permanente. Porque todos os seres resguardam em si mesmos a inclinação de permanecer infinitamente.

Ora, os seres como modificações da própria Natureza realizam os movimentos constitutivos de si mesmos a partir de um todo, ou seja, a partir de um conjunto autossustentável. Entre esse todo e as partes não pode haver contradição, embora haja uma distinção essencial, isto é, o todo é sempre autossustentável, enquanto as partes se sustentam a partir de relações compatíveis no interior do conjunto. São os mesmos movimentos, que ora são percebidos como comuns aos seres e ora como particularidades presentes em cada ser na sua singularidade.

Sabemos que Spinoza afirmará que, “a coisa não tem poder para se conservar enquanto existe, tanto menos poderá produzir algo por si mesma” (KV II, XVI 4, nota 83, p. 123). Contudo, tal afirmação apenas procurará definir a condição modal sem a confundir com a noção de substância. Pois, marcar essa distinção é essencial uma vez que o conhecimento verdadeiro do modo que somos, por exemplo, implica entender as causas dos nossos desejos, dos nossos modos de viver e em que *medida* nós agimos conforme nossas inclinações internas.

“Contribuímos em certa medida” (KV II, XVIII 2, p. 127), para a realização de um meio favorável à permanência de nossa existência. E como potências particulares, agimos conforme o princípio do *conatus*. Princípio que nos inclina a afirmar uma capacidade produtiva comum tanto aos seres humanos quanto à Natureza inteira. Claro, pode-se afirmar que a *medida* de nossa contribuição está subsumida na potência infinita da Natureza, e que isso pode significar uma forma de dissolução das partes no todo. Entretanto, não podemos esquecer a distinção real entre esforço particular e universal já mencionada aqui.

O trabalho interno de um ser envolve uma série de atividades, que tende a cooperar com disposições compatíveis já presentes no meio em que ele existe. Essa conjunção de disposições coloca em evidência uma potência particular, que, unida ao todo, mostra-se como uma particularidade integrada ao conjunto. Portanto, não é como uma coisa diluída no todo que um ser se mostra, mas, sobretudo, como uma

⁵ Gilbert Boss, *L'enseignement de Spinoza – Commentaire du “Court Traité”*, Zürich: Éditions du Grand Midi, 1982, p. 42.

⁶ Georges Canguilhem, *O conhecimento da vida*, tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 139.

disposição interna para cooperar com a própria conservação do seu ser. Porque todo o ser, quando visto pela inclinação que lhe é própria, realiza seu próprio bem-estar. E as ações para tal feito são tão variadas quanto às necessidades de cada ser e as exigências das circunstâncias. E essa disposição é também um objeto do amor humano. Um amor que pode ser fortalecido pelas ações que geram efeitos compatíveis com a nossa própria natureza (KV II, XXVI 8, p. 152).

